

Reunião técnica comprova crescimento na arrecadação. Fórum cobra agendamento de negociação

Conforme acordado na mesa de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, em 31/8 ocorreu mais uma reunião técnica entre as partes, com o objetivo de discutir mensalmente o cenário econômico e as propostas de aplicação dos eventuais excedentes na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A primeira tinha acontecido em 23/7.

Assim como na reunião anterior, os técnicos do Cruesp tentaram mostrar que o cenário econômico segue difícil, mas foram forçados a reconhecer, a partir de dados concretos, que a arrecadação do ICMS em 2018 deve ser maior do que o previsto pela Secretaria da Fazenda do Estado de SP. Dos R\$ 99,6 bilhões previstos pela Secretaria inicialmente (em que os técnicos se basearam para elaborar os orçamentos das três universidades), a previsão saltou agora para R\$ 100,2 bilhões (o

que ainda está aquém da previsão do Fórum das Seis).

Na data de fechamento deste boletim, em 3/9, os dados da arrecadação do ICMS de agosto/2018 já são superiores aos arrecadados em agosto/2017 e deverão ser superiores aos projetados pela Secretaria da Fazenda. Nesta data, o portal da Secretaria consolidava uma arrecadação do ICMS de agosto/2018 em R\$ 8.419.579.170,52, ou seja, 1,917% maior que a de agosto/2017. Porém, o resultado consolidado, a ser divulgado nos próximos dias, deve ser ainda maior.

Ressalte-se que os resultados da arrecadação do ICMS mês a mês no ano de 2018 têm se aproximado cada vez mais das projeções de crescimento feita pelo Fórum das Seis e se afastado cada vez mais das estimativas excessivamente conservadoras das assessorias econômicas dos reitores. A

arrecadação de ICMS acumulada janeiro-julho/2018 é, nominalmente, 7,79% superior à acumulada de janeiro-julho/2017.

Como era de se esperar, os técnicos do Cruesp não quiseram se comprometer, alegando a necessidade de aguardar a consolidação dos dados em novembro/2018, antes de reconhecer que há um crescimento real de arrecadação.

Para o Fórum, no entanto, este cenário já é suficiente para solicitar aos reitores uma nova rodada de negociação agora. Os dados oficiais de arrecadação de ICMS demonstram inequivocamente que os números que embasaram a argumentação do Cruesp para conceder um reajuste ínfimo de 1,5% em maio deste ano, absolutamente incapaz de repor as perdas inflacionárias dos últimos três anos, estão superados.

Comprometimento com salários cai

Nas planilhas divulgadas pelo Cruesp, é possível constatar que está em queda o percentual de recursos que as estaduais paulistas estão aplicando em folha de pagamento. De uma média de 97,41% em janeiro/2018, o percentual está em 91,98% em agosto/2018. Confira no quadro.

Até o momento de fechamento deste boletim, em 3/9/2018, o Cruesp ainda não havia respondido ao ofício do Fórum que pede às reitorias a divulgação do gasto real com custeio das universidades dentro de uma série histórica de 10 anos. O objetivo é verificar mais precisamente, e no âmbito das três universidades, a tendência detectada pela Comissão Conjunta CEPE-CADE da Unesp,

de que estes gastos têm atingido patamares acima dos 15% propalados pelas reitorias, e que têm exibido um viés de alta. Ou seja, há fortes indícios de que parte considerável dos recursos que poderiam ser destinados ao reajuste de salários está sendo canalizada para o custeio das universidades estaduais paulistas.



% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA SOBRE AS LIBERAÇÕES FINANCEIRAS				% DA FOLHA DE PAGAMENTO BRUTA "ACUMULADA" S/ AS LIBERAÇÕES FINANC.				MÊS
TOTAL	UNIVERSIDADE			TOTAL	UNIVERSIDADE			
	UNESP	UNICAMP	USP		UNESP	UNICAMP	USP	
97,41	97,78	97,75	97,08	97,41	97,78	97,75	97,08	JAN
87,70	89,84	90,40	85,53	92,35	93,64	93,92	91,06	FEV
89,91	89,83	92,75	88,70	91,54	92,38	93,53	90,28	MAR
96,85	97,62	97,59	96,17	92,83	93,65	94,51	91,71	ABR
88,23	88,42	89,63	87,53	91,86	92,55	93,48	90,83	MAI
90,89	88,79	91,61	91,54	91,69	91,92	93,17	90,95	JUN
96,19	96,31	96,19	96,14	92,32	92,53	93,59	91,67	JUL
89,71	90,21	92,36	88,32	91,98	92,23	93,43	91,24	AGO
91,98	92,23	93,43	91,24	91,98	92,23	93,43	91,24	TOT.ACUM.

Fonte: Planilha Cruesp

Pressão por mais recursos na LDO 2019

Fórum convoca ato regional em Araraquara, no dia 18/9

“Ato em Defesa da Universidade Pública” terá início às 16h30, na Praça Santa Cruz, e seguirá em passeata até a Câmara Municipal

Até o fechamento deste boletim, em 3/9/2018, ainda permanecia na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) o impasse político que vem travando a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), que estabelece os percentuais do orçamento paulista para cada setor no ano seguinte. Tradicionalmente, ela é aprovada até o final de junho ou início de julho, precedendo o recesso parlamentar. Neste ano, a bordo de uma disputa política que rachou a antiga base governista entre as candidaturas de João Doria (PSDB) e Márcio França (PSB) ao Palácio dos Bandeirantes, não há previsão de que a LDO seja aprovada antes das eleições de outubro.

Assim como faz todos os anos, o Fórum das Seis enviou propostas de emendas ao projeto de LDO elaborado pelo governador, reivindicando mais recursos para as universidades estaduais paulistas e o Centro Paula Souza (que mantém as ETECs e FATECs). Embora a luta se dê em campo minado – a base governista historicamente é majoritária e bloqueia nossas propostas – já obtivemos conquistas, especialmente em momentos de fatura política entre os partidos da base

de apoio ao Palácio dos Bandeirantes como a que ocorre agora.

Entre as iniciativas organizadas pelo Fórum para dar visibilidade a estas reivindicações e pressionar os parlamentares em suas bases de atuação, está a realização de **atos regionais**. O primeiro deles está agendado para Araraquara, com concentração às 16h30, na Praça Santa Cruz, seguindo em passeata até a Câmara Municipal, onde representantes do Fórum farão uso da palavra na sessão do dia. O objetivo é chamar a atenção da sociedade para o grave problema de falta de recursos que atinge as universidades públicas paulistas. Queremos o apoio de

deputados, vereadores e todos os que se preocupam com a educação pública para as emendas que o Fórum das Seis apresentou junto à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO-2019), em tramitação na Assembleia Legislativa.

O chamado é regional, com ênfase nas cidades que têm unidades da Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza (ETECs e FATECs), como é o caso de São Carlos, Ribeirão Preto, Jaboticabal, Bauru, Pirassununga e outros.

No Facebook, em evento criado para o ato, há um *link* para os interessados em transporte se manifestarem: <https://bit.ly/2No4hhr>

The image shows a Facebook event page. At the top, there is a search bar and navigation links for 'Bah' and 'Página inicial'. The event title is 'ATO REGIONAL - FORUM das seis EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA' with the date and time '18/09 ÀS 16H30 - PRAÇA DA SANTA CRUZ, ARARAQUARA'. Below the title, it says 'SET 18 Ato Regional: Em Defesa da Universidade Pública' and 'Público - Organizado por CA Florestan Fernandes'. There are buttons for 'Tenho interesse', 'Comparecerei', and 'Compartilhar'.

Evento criado no Facebook: Entre e participe!

Manobras no repasse: R\$ 185 milhões de prejuízo em sete meses

O Fórum das Seis vem denunciando há anos as manobras feitas pelo governo na hora de repassar o percentual de 9,57% do ICMS quota-parte do estado para as universidades estaduais paulistas. Antes de fazer o repasse, o governo retira da base de cálculo (que é de 75% do total arrecadado) uma série de itens que não são retirados da quota-parte dos municípios (que corresponde a 25%). Trata-se de itens como Habitação, juros de mora e outros.

De janeiro a julho deste ano, a perda na base de

cálculo (sem considerar a Nota Fiscal Paulista e o Fundo de Pobreza, pois estes dois itens os municípios também não recebem) foi de R\$ 1.932.326.489,96. Ou seja, em sete meses, as universidades deixaram de receber algo em torno de R\$ 184,923 milhões.

Em todas as emendas defendidas pelo Fórum das Seis para a LDO 2019, consta a reivindicação de que o cálculo seja feito sobre o “total do produto” da quota-parte do estado no ICMS com a finalidade de evitar o sequestro de recursos da base de cálculo.